European Commission

Recomendações finais

PAINEL DE CIDADÃOS EUROPEU

Eficiência Energética

Painel de cidadãos europeu sobre eficiência energética

Recomendações finais

Declaração de exoneração de responsabilidade: O presente documento apresenta os resultados do Painel de cidadãos europeu sobre eficiência energética. Os resultados encontram-se estruturados por domínios temáticos.

Índice

Acesso à informação e evolução dos comportamentos 3
Oportunidades justas e equitativas 4
O papel da UE a nível mundial e os Estados-Membros 5
Emprego e educação 9
Infraestruturas 13
Edifícios 18
Transportes 19
Resultados da avaliação pelos cidadãos do painel 21

Acesso à informação e evolução dos comportamentos

Recomendação n.º 1

Capacitar os consumidores para se tornarem eficientes do ponto de vista energético
Recomendamos que as informações prestadas aos consumidores sejam mais acessíveis, mais transparentes e mais práticas, para que as famílias e as organizações se possam tornar mais eficientes do ponto de vista energético. Por conseguinte, recomendamos a criação de: ● um portal em linha com uma função de autoauditoria, para ajudar os consumidores a avaliar as suas necessidades em termos de transportes, renovação das habitações e sugestões de poupança. Este portal disponibilizaria um conjunto de soluções, incluindo os passos a seguir e os contactos necessários; ● uma rede de balcões únicos físicos a nível municipal (câmaras municipais, bibliotecas), com peritos independentes disponíveis para fazer o acompanhamento. A rede não deve discriminar entre zonas rurais/urbanas e grupos sociais. O balcão único deve prestar aconselhamento sobre questões legislativas, financeiras e técnicas, bem como sobre os prestadores de serviços locais. Os intervenientes locais são convidados a divulgar a existência deste serviço; ● rótulos de eficiência energética mais acessíveis nos produtos, que sejam compreensíveis para todos, com informações sobre a vida útil dos produtos e uma referência à rede de balcões únicos.
Justificação: Esta recomendação é importante, uma vez que só podemos tomar decisões acertadas se dispusermos de informações adequadas para as fundamentar. Essas informações devem ser prestadas de uma forma compreensível e acessível a todos. Embora possa já existir muita informação disponível, muitas vezes não é conhecida e muito menos compreensível para todos. Os consumidores devem conhecer o seu consumo de energia e ter controlo sobre os seus dados, saber quais são as opções disponíveis e os custos dessas diferentes opções, e estar cientes dos serviços e do apoio disponíveis para os ajudar a tornarem-se mais eficientes do ponto de vista energético.

Oportunidades justas e equitativas

Recomendação n.º 2

Financiar um direito equitativo à renovação energética das habitações
Recomendamos a introdução de um regime fiscal mais vantajoso para os pequenos proprietários, para que os inquilinos não sejam considerados um obstáculo à renovação das suas habitações. Este objetivo deve ser alcançado através da redução da carga fiscal sobre as obras e os materiais, consoante o rendimento das pessoas. Os rendimentos mais baixos devem beneficiar de maior auxílio. Os subsídios devem ser concedidos antes do início das obras ou em parcelas, ao longo da execução das obras de renovação. As administrações públicas devem investir em habitação social que utilize materiais sustentáveis e energeticamente eficientes. As receitas do imposto sobre o CO_2 devem ser parcialmente afetadas à eficiência energética (incluindo a obras de renovação). As empresas multinacionais que mais poluem devem ser tributadas em conformidade. Os bancos devem facilitar o acesso ao crédito para renovação energética, com uma taxa de juro adaptada ao rendimento.
Justificação: A justiça social implica um acesso equitativo à energia e à habitação. Atualmente, deparamo-nos com situações inaceitáveis: algumas pessoas vivem em situação de pobreza energética grave e os pequenos proprietários da classe média não beneficiam de ajudas nem de subsídios para renovar as suas próprias habitações ou os imóveis que arrendam. Os inquilinos não se sentem capacitados para mudar a situação. Consideramos intolerável que os esforços não sejam distribuídos de forma equitativa e que o conforto térmico seja inacessível para algumas pessoas. O acesso equitativo torna a eficiência energética mais economicamente viável para todos e contribuirá, assim, para a luta coletiva contra as alterações climáticas. Atualmente, existem modelos de financiamento para a renovação em todos os Estados-Membros da UE, mas nem sempre são os melhores e nem sempre satisfazem as necessidades dos públicos-alvo.

O papel da UE a nível mundial e os Estados-Membros

Recomendação n.º 3

Aumentar a independência e a eficiência energética, dando assim o exemplo ao resto do mundo
Recomendamos que a União Europeia invista na investigação e no desenvolvimento de novas tecnologias energéticas, incluindo energias renováveis, a fim de alcançar uma maior eficiência energética. Tal inclui os seguintes domínios: 1. Produção de energia (hidrogénio, fusão nuclear, etc.); 2. Armazenamento de energia (baterias); 3. Transferência de energia; 4. Redução do consumo de energia. Recomendamos igualmente que a UE promova a utilização de vantagens competitivas específicas por país na produção de energia, facilitando simultaneamente o intercâmbio de boas práticas e de conhecimentos entre os Estados-Membros. Além disso, recomendamos que se dê prioridade às ações no âmbito do princípio da prioridade à eficiência energética que mais contribuem para a independência energética.
Justificação: Do ponto de vista político, a recomendação é importante, porque protege a Europa e os seus cidadãos de eventuais crises geopolíticas. Contribui também para proteger a democracia e os valores europeus ao permitir que a UE corte relações com governos corruptos. Simultaneamente, pode ajudar a legislação da UE a avançar mais rapidamente, uma vez que a Europa teria mais liberdade para estabelecer as suas próprias normas. O intercâmbio de conhecimentos entre os Estados-Membros contribuiria igualmente para melhorar as relações mútuas. A nível socioeconómico, aumentaria a competitividade da UE e permitiria redirecionar as verbas utilizadas para pagar os 61 % de importações de energia (dados de 2019: https://ecrgroup.eu/campaign/energy_security) para investimentos internos passíveis de gerar mais valor para a UE e para os seus cidadãos. A diminuição das importações de energia de países terceiros resultaria também na redução da exposição a flutuações de preços e a perturbações nos mercados energéticos mundiais, bem como na criação de mais emprego na UE. Do ponto de vista ambiental, poderia conduzir a uma redução do consumo energético, ao crescimento verde e à neutralidade climática, que estão todos ligados ao princípio da prioridade à eficiência energética e aos compromissos da UE em matéria de sustentabilidade.

Recomendação n.º 4

Alcançar os objetivos de eficiência energética, reforçando a capacidade de ação de todos

Recomendamos que a UE incentive medidas de apoio à aplicação de normas de eficiência energética, quer diretamente, quer através de fortes incentivos aos Estados-Membros. Tal contribuirá para assegurar que os esforços sejam partilhados de forma equitativa entre os cidadãos e as empresas, bem como entre as regiões, para que ninguém seja deixado para trás.

Princípios fundamentais:

- desenvolver uma cultura de eficiência energética através de melhores informações que nos ajudem a consumir menos e melhor energia,
- conceder incentivos condicionais, ajudar as empresas a integrar a eficiência energética na sua atividade de produção, distribuição e venda, tendo o cuidado de não enfraquecer as PME,
- garantir uma quantidade mínima de energia para assegurar condições de vida dignas e dedicar uma grande parte da ajuda às pessoas mais vulneráveis (por exemplo: empréstimos a taxas de juro negativas). O objetivo é reduzir as desigualdades sociais em vez de as perpetuar,
- proporcionar incentivos a todas as pessoas, mas em proporção inversa ao seu rendimento, nomeadamente através da tarifação progressiva da energia e em função das fontes de energia.

Justificação:

Esta recomendação é importante, porque, embora existam normas de eficiência energética, a sua acessibilidade e aplicação continuam a ser limitadas. Atualmente, existem muitas normas de eficiência energética à escala europeia (construção e renovação de edifícios, conceção ecológica de produtos e equipamentos, luta contra a obsolescência programada, direito à reparação, etc.).

São ambiciosas e estão a ajudar o mercado a evoluir, mas a sua aplicação varia entre Estados-Membros. Estabelecem requisitos técnicos que têm repercussões financeiras, podem excluir certos grupos (nem todas as pessoas têm a possibilidade de proceder à renovação energética da sua habitação ou de comprar os eletrodomésticos mais eficientes), ou podem dar origem a situações de concorrência desleal (entre empresas europeias que respeitam essas normas nos seus processos de produção e empresas fora da União Europeia).

A eficiência energética não deve constituir um luxo ou uma opção que alguns podem evitar. A UE poderia desempenhar um papel importante na garantia de que a eficiência energética melhora a vida quotidiana das pessoas, especialmente dos agregados familiares mais vulneráveis. Estamos cientes de que algumas das nossas administrações e autoridades locais podem desempenhar um papel importante no sentido de dar o exemplo e impulsionar o mercado.

Sabemos que determinados elementos da nossa recomendação não dependem apenas da União Europeia e exigem um forte alinhamento com os Estados-Membros.

No entanto, um painel de cidadãos é o momento oportuno para se ser ousado, não é verdade?

Recomendação n.º 5

Gerir e acompanhar a aplicação das diretivas da UE

Recomendamos que a UE assegure a aplicação das diretivas relativas à eficiência energética nos Estados-Membros, uma vez que estas são atualmente aplicadas de forma diferente. Os aspetos que podem melhorar a aplicação são a informação, o financiamento e as sanções.

A informação tem de ser acessível e específica para cada público, por exemplo, dirigida aos jovens através das redes sociais ou às pessoas mais velhas através da televisão, bem como facilmente visível em espaços públicos.

A UE só financia os Estados-Membros cumpridores com base em progressos mensuráveis. O financiamento deve ser justo, proporcional e equitativo, tendo em conta as diferentes capacidades dos Estados-Membros.

Os mecanismos sancionatórios já existem e a Comissão pode levar a tribunal os governos dos Estados-Membros não cumpridores.

Para aumentar a transparência, importa prever uma classificação dos Estados-Membros de acordo com os seus esforços com vista à aplicação. Por último, a UE deve incentivar as administrações públicas nacionais a criarem um «sistema de participação de problemas», para que os cidadãos possam comunicar desperdícios de energia e as autoridades locais possam agir em conformidade.

Justificação:

Esta recomendação é importante, porque garantir a aplicação das diretivas em todos os países teria impacto em todos os cidadãos da UE, oferecendo-lhes mesmo a possibilidade de contribuírem diretamente para o processo de acompanhamento. Além disso, se existir uma maior harmonização entre os Estados-Membros, no futuro será mais fácil decidir sobre novas medidas. No que respeita especificamente à informação, a descoberta de novas formas de incluir diferentes estratos da população poderia aumentar a responsabilização tanto da UE como das administrações públicas nacionais.

Só é possível alcançar a transformação do setor energético e a evolução da eficiência energética ao ritmo e com a intensidade necessários mediante uma aplicação eficaz a nível dos Estados-Membros. Se forem cumpridas as normas de eficiência em todos os Estados-Membros, mais cidadãos da UE poderão usufruir dos múltiplos benefícios da eficiência energética.

Emprego e educação

Recomendação n.º 6

Melhorar a situação a nível de mão de obra qualificada no setor da eficiência energética da UE

Recomendamos o aumento da formação para as profissões relacionadas com a eficiência energética. A UE poderia adotar as seguintes medidas:

1. Os Estados-Membros poderiam conceder subsídios para a formação de mão de obra verde qualificada. O Estado deveria incentivar o trabalhador a permanecer e a trabalhar no país durante um determinado período subsequente.
2. A UE poderia apoiar programas de intercâmbio ou rotação de curto prazo, como programas ERASMUS para estudantes e trabalhadores no domínio da eficiência energética (qualificados e em formação).
3. Até se colmatar a escassez de trabalhadores qualificados no setor da eficiência energética, deverão ser emitidos vistos para que trabalhadores qualificados de países não pertencentes à UE possam vir trabalhar nos Estados-Membros específicos que emitem esses vistos.

Justificação:

Esta recomendação é importante, porque dispor de trabalhadores qualificados em todos os níveis de aplicação da eficiência energética é crucial para o êxito de todas as outras recomendações que o painel de cidadãos europeu apresentou. Sem uma mão de obra qualificada, os Estados-Membros não podem esperar alcançar os objetivos de eficiência energética. Propomos três medidas, cada uma delas respondendo a diferentes necessidades relacionadas com as qualificações dos trabalhadores e o mercado de trabalho.

Medida 1: esta medida destina-se a pessoas que pretendam melhorar ou adquirir competências em domínios relacionados com a eficiência energética. Ao concederem subsídios para formação, as administrações públicas nacionais podem torná-la mais acessível a todos, especialmente às pessoas provenientes de meios mais desfavorecidos, que, de outro modo, poderiam não ter possibilidade de investir o seu tempo na melhoria de competências ou na requalificação. No entanto, propomos também que os Estados-Membros tenham em conta o risco de fuga de cérebros (trabalhadores que se deslocam para o estrangeiro para obter uma remuneração melhor). Os trabalhadores que recebem formação subvencionada devem, de alguma forma, ser incentivados a utilizar as suas novas competências no país que investiu na sua formação. Um financiamento acessível aumentaria a atratividade dos cursos, podendo contribuir para que mais pessoas procurassem emprego na área. Tal representaria mais peritos capazes de planear, executar e auditar investimentos relacionados com a eficiência energética.

Medida 2: trata-se de um incentivo para que os Estados-Membros partilhem a sua mão de obra qualificada em projetos de curto prazo e garantam que os Estados-Membros que não dispõem de especialistas também possam levar a cabo iniciativas eficientes do

ponto de vista energético. Esta medida poderia conduzir a um intercâmbio transfronteiriço de informações e competências, através do qual se promoveriam as competências verdes.

Medida 3: reconhecemos que nem todos os domínios em que são necessários trabalhadores qualificados podem ser rapidamente preenchidos por mão de obra local. Será necessário tempo para criar um mercado de trabalhadores qualificados na Europa, pelo que, entretanto, seria útil encontrar formas de convidar pessoas qualificadas de fora da UE.

Em síntese, a condição de base é que, sem trabalhadores qualificados, as pessoas não podem realizar as mudanças necessárias para se tornarem mais eficientes do ponto de vista energético.

Recomendação n.º 7

Garantir o futuro através da educação ecológica

Recomendamos o reforço da educação sobre questões ecológicas e de eficiência energética. Para o efeito, poderiam ser introduzidas as seguintes medidas:

1. Um certificado europeu a nível de eficiência energética, seguindo o modelo do programa de certificação de competências essenciais de informática International Computer Driving License (ICDL), para incentivar um nível básico de conhecimentos em matéria de eficiência energética.
2. Os Estados-Membros devem assegurar que um determinado número de trabalhadores qualificados no domínio da energia verde obtêm anualmente diplomas de cursos relacionados com a eficiência energética, a fim de aumentar o número de trabalhadores qualificados no domínio da energia verde no país. Este conceito foi adotado em anos anteriores para alunos que frequentam as universidades.
3. A UE deve promover campanhas de sensibilização do público organizadas de modo a destacar a importância dos trabalhadores com competências verdes e mostrar que estes são os empregos do futuro. Estas campanhas poderiam ser dirigidas especialmente aos jovens, para mostrar que o trabalho manual pode ser tão aliciante como um trabalho de escritório.

Justificação:

Uma educação de qualidade constitui a base de qualquer mudança significativa. Propomos três medidas, respondendo cada uma delas a uma necessidade diferente relacionada com a educação: a falta de conhecimentos gerais sobre eficiência energética, o facto de os jovens não seguirem a formação profissional necessária para apoiar iniciativas de eficiência energética e a alteração da perceção sobre as carreiras necessárias para apoiar a transição energética, a fim de aumentar a sua atratividade.

Em primeiro lugar, o grupo concorda que são necessários mais conhecimentos sobre a eficiência energética em geral. O conhecimento reduz os limites das escolhas em matéria de eficiência energética a nível individual e nacional. Pode funcionar como uma disciplina escolar, um curso de formação profissional exigido ou um curso universitário. De um modo geral, aconselhamos que o curso ofereça um incentivo em cada nível de frequência.

Em segundo lugar, no passado, as metas universitárias europeias mostraram que as metas europeias incentivam os Estados-Membros a prestar mais atenção a determinados domínios da educação. Essas metas no domínio da formação em eficiência energética acabarão por resultar num aumento do número de pessoas que frequentam a formação profissional. Por outras palavras, ao estabelecer metas para os Estados-Membros, a UE pressiona-os a aumentar o número de pessoas em domínios relacionados com a eficiência energética. Desta forma, as administrações públicas são diretamente responsáveis pelo desenvolvimento de uma mão de obra qualificada.

Por último, esta recomendação é importante, porque a perceção que as pessoas têm relativamente aos domínios de trabalho manual e técnico tem de ser melhorada. As campanhas poderiam mostrar como são as diferentes áreas de trabalho, demonstrando

que o trabalho físico é essencial, proporciona boas perspetivas de futuro e não tem de ser menos interessante do que o trabalho num escritório.

Infraestruturas

Recomendação n.º 8

Otimizar e desenvolver o sistema de rede, desde o produtor ao utilizador final, a favor de fontes de energia renováveis

Recomendamos que a Comissão dê prioridade à otimização da rede:

1. Melhorar a segurança e a fiabilidade energéticas através do investimento em energias renováveis, da investigação em matéria de armazenamento de energia e da aplicação de uma gestão inteligente.
2. Elaborar um plano de investimento que inclua orientações para os Estados-Membros no sentido de melhorar a rede aos níveis local e transfronteiriço.
3. Desenvolver a rede tendo em conta as possibilidades e vantagens da centralização e da descentralização. Deve aplicar-se, caso a caso, a opção que seja mais eficiente em termos energéticos.
4. Implementar mecanismos que permitam controlar a utilização adequada do financiamento e aplicar as regras da UE, de modo que o utilizador final possa usufruir plenamente dos benefícios do investimento e as empresas possam cumprir as suas obrigações.
5. Incentivar os Estados-Membros a auxiliarem os cidadãos na utilização de contadores inteligentes e de fontes de energia eficientes, bem como a aplicarem incentivos financeiros para que os fornecedores e os consumidores utilizem práticas eficientes em termos energéticos; ponderar a possibilidade de criar um quadro que permita aos cidadãos armazenar e produzir energia.

Justificação:

Esta recomendação é importante, porque a otimização da rede para integrar fontes de energia renováveis proporciona inúmeras vantagens, tanto para os produtores como para os utilizadores finais. A otimização dos sistemas de rede reforça a eficiência energética e promove a adoção de energias renováveis. Esta abordagem assegura o transporte, o armazenamento e a utilização eficientes da energia. Além disso, o desenvolvimento da rede promove a estabilidade dos preços da energia, incentiva a utilização de aparelhos inteligentes e facilita um aprovisionamento energético mais expedito.

Os consumidores e os fornecedores beneficiam da otimização e do desenvolvimento da rede através de sistemas de gestão inteligentes. Os consumidores podem aceder a informações importantes sobre o consumo de energia, os fornecedores podem acompanhar melhor a procura e a eficiência da produção e os sistemas de armazenamento podem complementar o processo de modernização.

Ao incentivar a eficiência energética e ao minimizar as perdas de energia, a otimização da rede reduz os custos e também promove a sustentabilidade

ambiental. Capacitar os consumidores e integrá-los no sistema energético contribui para criar condições de concorrência equitativas e diminuir a influência das empresas. A mudança da nossa mentalidade relativamente à eficiência energética é imperativa para a implementação generalizada e o envolvimento dos cidadãos.

Além disso, a modernização das redes está em conformidade com os objetivos da UE de reduzir as emissões, combater as alterações climáticas e fazer a transição para um setor energético descarbonizado. A aplicação desta abordagem permitir-nos-á produzir mais energia, ser mais eficientes na Europa e ser menos dependentes de fontes estrangeiras. Por último, este novo setor conduzirá a novas oportunidades de emprego e melhorará a posição da UE enquanto interveniente mundial num sistema energético mais justo.

Recomendação n.º 9

Ajudar os cidadãos da UE a criar comunidades de energia centradas na eficiência energética, fornecendo-lhes informações e apoio financeiro

Recomendamos:

1. Incentivar a informação sobre eficiência energética e a visibilidade das comunidades de energia existentes. Concretamente, poderíamos tornar a informação sobre as comunidades de energia compreensível e acessível a todos os cidadãos da UE ou partilhar boas práticas relativas às comunidades de energia na UE.
2. Valorizar economicamente as poupanças energéticas alcançadas através da criação de comunidades de energia eficientes. Poderíamos, designadamente, criar mecanismos novos ou um sistema de certificados de eficiência energética.
3. Ajudar as autoridades públicas locais a apoiar financeiramente o desenvolvimento de iniciativas de comunidades eficientes do ponto de vista energético. Mais especificamente, poderiam utilizar os fundos provenientes diretamente da UE (por exemplo, o FEDER).

Assim que estas comunidades estiverem operacionais, a prioridade seria fazer da eficiência energética o princípio basilar da comunidade. Poderíamos, designadamente, isolar os edifícios, introduzir novas tecnologias e desenvolver sistemas comunitários de aquecimento e refrigeração.

Justificação:

Esta recomendação é importante, porque uma comunidade de energia tem por base iniciativas dos cidadãos ou locais. No entanto, a falta de informações precisas sobre o funcionamento e o financiamento das comunidades de energia pode desencorajar alguns cidadãos de criarem essas comunidades. Além disso, as comunidades de energia existentes não são efetivamente eficientes e as circunstâncias geográficas e financeiras dos Estados-Membros da UE são, por vezes, muito diferentes. Por conseguinte, é necessário tornar as informações pertinentes acessíveis a todos, bem como reforçar a cooperação entre os Estados-Membros, a fim de criar comunidades eficientes do ponto de vista energético.

Um dos princípios de uma comunidade de energia eficiente é evitar o desperdício de energia. Atualmente, a ausência de distribuidores de energia nos sistemas das comunidades de energia constitui um entrave para alcançar um nível nulo de desperdício. Temos de garantir que os intervenientes privados sejam incentivados a aderir às comunidades de energia. Por exemplo, a Comissão Europeia poderia incentivar os Estados-Membros a atribuírem certificados de eficiência energética a empresas privadas se estas trabalharem com comunidades de energia. Devemos também concentrar-nos no impacto económico positivo resultante de não consumir energia. Consideramos igualmente que é necessário fixar um preço justo para o excesso de energia produzido pelas comunidades.

As autoridades públicas locais são os intervenientes mais adequados para investir alguns fundos que recebem da UE no apoio às comunidades de energia, uma vez que acreditamos que os cidadãos confiarão mais nas suas autoridades públicas locais do

que na administração pública nacional. No entanto, as autoridades públicas locais devem ter sempre presente que as comunidades de energia devem manter-se financeiramente acessíveis a todos, distribuindo os fundos pelos cidadãos com base nos seus rendimentos. Além disso, os fundos geridos pelas autoridades locais poderiam ajudar os cidadãos a ter acesso aos conhecimentos técnicos necessários para melhorar a eficiência energética das suas comunidades, em vez de investirem as suas próprias poupanças ou as poupanças da comunidade. Deveríamos também conferir poderes diretamente aos cidadãos das comunidades de energia, para acederem diretamente e gerirem esses fundos da UE.

Por último, logo que estes três elementos anteriores pudessem ser assegurados, deveríamos garantir que as comunidades de energia colocam o princípio da eficiência energética no centro do seu desenvolvimento, através do isolamento dos edifícios e da criação de sistemas de aquecimento e refrigeração suscetíveis de contribuir para reduzir os desperdícios de energia.

Recomendação n.º 10

Criar comunidades eficientes do ponto de vista energético que favoreçam o consumo responsável e a produção local de energia

Recomendamos que se incentive as comunidades de energia em todos os Estados-Membros.

A União Europeia e os Estados-Membros devem colaborar no sentido de disponibilizar financiamento e conhecimentos especializados para apoiar as comunidades de energia. As autoridades locais poderiam ser os motores desta mudança.

Um aspeto fundamental do incentivo às comunidades de energia é a definição de objetivos claros na diretiva europeia relativa à eficiência energética em 2030. A monitorização obrigatória da produção de energia nas comunidades de energia pode fornecer dados importantes para acompanhar os progressos e identificar domínios a melhorar, nova legislação e objetivos estratégicos. É essencial diversificar as fontes de energia em cada Estado-Membro, com base nas suas características e recursos únicos. Recomendamos a redução do consumo através da utilização de tecnologias inteligentes (por exemplo, luzes LED e sistemas de aquecimento eficientes).

A UE deveria igualmente concentrar-se no seguinte:

- alterações sistémicas que permitam às pessoas aplicar o princípio da prioridade à eficiência energética,
- promoção das energias locais e renováveis,
- incentivo à sensibilização, à educação desde tenra idade e à participação dos cidadãos.

Justificação:

Esta recomendação é importante, para proteger o nosso ambiente e preservar o nosso planeta, não só para nós, mas também para as gerações futuras. O recurso às comunidades de energia locais aumentará a segurança energética e a independência energética na Europa, promovendo um paradigma diferente de produção e consumo.

Esta recomendação pode garantir que todas as pessoas na Europa disponham dos meios para combater a pobreza energética com a ajuda das comunidades de energia. Poderia ainda servir não só como solução em termos de eficiência energética, mas também como forma de fazer prosperar a vida nas comunidades locais, promovendo a participação social e a democracia para todos.

Edifícios

Recomendação n.º 11

Promover, ainda mais, a eficiência energética nos edifícios
Recomendamos que a UE apoie os Estados-Membros no sentido de assegurar que um número significativamente maior de edifícios seja objeto de renovação para efeitos de eficiência energética. A tónica deve ser colocada nos edifícios residenciais. Os Estados-Membros devem ser apoiados no sentido de facilitar a renovação dos edifícios residenciais em que vivem pessoas com baixos rendimentos. Concursos a nível nacional poderiam ajudar a encontrar boas soluções transferíveis (projetos-modelo). Os Estados-Membros da UE devem ser instados a conceder reduções fiscais aos proprietários de habitações cuja maioria dos inquilinos aufira rendimentos inferiores a um determinado valor. Este seria um bom incentivo para a renovação das habitações. Deve garantir-se que tal seja do interesse tanto dos inquilinos como dos senhorios. Em particular, deve evitar-se que os inquilinos sejam desalojados para que possam ser cobradas rendas mais elevadas. Todos os cidadãos da UE (inquilinos ou proprietários) devem ter a oportunidade de obter aconselhamento gratuito sobre a situação energética específica da sua habitação (um serviço de balcão único). A recomendação inclui igualmente opções de apoio e subvenção para melhorar a situação energética.
Justificação: Esta recomendação é importante porque: ● existem já muitas diretivas da UE que visam os edifícios públicos (Diretiva Eficiência Energética), os edifícios não residenciais (Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios, recentemente adotada) e os edifícios novos de todos os tipos (Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios). Daí a ênfase nos edifícios residenciais, ● as diretivas da UE só podem ser eficazes se a sua aplicação a nível nacional e local abranger também os proprietários individuais de habitações, ● em muitos Estados-Membros da UE, as pessoas com baixos rendimentos vivem frequentemente em habitações particularmente deficientes a nível de normas energéticas, com condições estruturais medíocres e custos energéticos elevados.

Transportes

Recomendação n.º 12

Aumentar a atratividade dos transportes públicos
Recomendamos que a Comissão Europeia realize com regularidade estudos para melhorar a eficiência energética dos sistemas de transporte urbano e suburbano de passageiros em todos os Estados-Membros. Esses estudos devem incluir um inventário e uma avaliação exaustivos da eletrificação e da atratividade dos sistemas de transportes públicos. Esta abordagem permitirá a identificação de lacunas e deficiências nos sistemas existentes e destacará práticas exemplares que poderão ser adotadas pelos Estados-Membros. Com base nos resultados dos estudos, a Comissão Europeia poderá instituir um conjunto de subsídios para os Estados-Membros investirem na melhoria da atratividade e da eletrificação dos seus sistemas de transporte, conforme necessário. Os estudos deverão servir de referência para a situação atual e ajudarão a Comissão Europeia a definir objetivos para a Europa no seu conjunto. O acompanhamento regular deve facilitar a melhoria contínua do desempenho do sistema e o aumento da eficiência energética.
Justificação: Esta recomendação visa melhorar a qualidade de vida através da otimização dos transportes públicos, que são essenciais para as atividades quotidianas e são mais eficientes do ponto de vista energético do que os veículos particulares. Através deste estudo, antecipamos resultados práticos que facilitarão a aplicação dos princípios da eficiência energética. Embora os transportes públicos sejam mais eficientes do que os veículos particulares, a sua reduzida utilização sugere a existência de obstáculos que têm de ser ultrapassados. A Comissão Europeia deve investigar as razões dessa fraca utilização. Ao tornarmos os transportes públicos mais eficientes, convenientes e acessíveis, podemos melhorar a qualidade das interligações e reduzir os impactos económicos e de CO_2, incentivando assim um maior número de pessoas a optar pelos transportes públicos em vez dos veículos privados. Além disso, tendo em conta a elevada concentração populacional nas zonas urbanas, os estudos poderiam propor combinações de transportes ajustadas a cada zona numa perspetiva de futuro, com vista a melhorar a eficiência energética, que é urgente face às alterações climáticas. O valor acrescentado desta abordagem resulta da combinação de transportes individuais e coletivos e do facto de ter em conta a evolução futura dos modos de transporte. O estudo fornece informações sobre casos específicos observados em diferentes Estados-Membros da UE.

Recomendação n.º 13

Garantir os transportes mais eficientes do ponto de vista energético em toda a Europa: tirar as mercadorias das estradas, tirar as pessoas dos aviões e aplicar o princípio «primeiro os caminhos de ferro»

Recomendamos que as empresas e os cidadãos sejam incentivados a utilizar o transporte ferroviário para serem mais eficientes do ponto de vista energético. Para o efeito, recomendamos:

1. A eletrificação das linhas ferroviárias para reduzir as emissões de carbono.
2. A modernização da infraestrutura ferroviária.
3. A digitalização do planeamento das viagens e da compra de bilhetes para otimizar a experiência do cliente.
4. A normalização dos caminhos de ferro entre os Estados-Membros e a integração com os sistemas de transporte locais.
5. A adaptação dos horários para assegurar tempos de viagem mais rápidos.
6. A promoção das viagens ferroviárias para competir com os autocarros e as companhias aéreas que fazem percursos de curta distância:
    - maior rapidez nas deslocações com comboios de alta velocidade,
    - melhores instalações, por exemplo, vagões-restaurante, Wi-Fi, carruagens-cama, etc.,
    - permitir a entrada de bagagens de maior dimensão e de bicicletas em todos os comboios.
7. A ocupação de todos os lugares nos comboios através de preços acessíveis:
    - promover tipos de bilhetes especiais: bilhetes para famílias, estudantes, terceira idade, pessoas com deficiência, grupos com baixos rendimentos,
    - tornar os preços do transporte de mercadorias acessíveis.
8. A abertura de linhas ferroviárias desativadas: as linhas encerradas estão ao abandono.
9. Ligar as áreas periféricas da UE.
10. Para facilitar a aplicação de todas estas sugestões, recomendamos o aumento do investimento e dos subsídios:
    - incentivar o investimento privado a curto prazo, mantendo a propriedade e o controlo públicos globais,
    - tributar os combustíveis fósseis, incluindo os combustíveis para aviação.

Justificação:

Esta recomendação é importante, porque as viagens de comboio e o transporte de mercadorias são domínios fundamentais em que é possível obter benefícios rápidos em termos de eficiência energética. O futuro da nossa ecologia, economia e tecnologia exige uma ação da nossa parte. Por conseguinte, recomendamos que o transporte de

passageiros e de mercadorias se torne mais atrativo e eficiente. Para tal, temos de agir a nível europeu.

Resultados da avaliação pelos cidadãos do painel

N.º	Título da recomendação	Nível de apoio	Taxa de aprovação
8	Otimizar e desenvolver o sistema de rede, desde o produtor ao utilizador final, em favor das fontes de energia renováveis	5,25	96 %
3	Aumentar a independência e a eficiência energética, dando assim o exemplo ao resto do mundo	5,18	92 %
9	Ajudar os cidadãos da UE a criar comunidades de energia centradas na eficiência energética, fornecendo-lhes informações e apoio financeiro	4,96	91 %
11	Promover, ainda mais, a eficiência energética nos edifícios	4,89	90 %
4	Alcançar os objetivos de eficiência energética, reforçando a capacidade de ação de todos	4,87	87 %
12	Aumentar a atratividade dos transportes públicos	4,83	91 %
2	Financiar um direito equitativo à renovação energética das habitações	4,73	87 %
1	Capacitar os consumidores para se tornarem eficientes do ponto de vista energético	4,71	84 %
10	Criar comunidades eficientes do ponto de vista energético que favoreçam o consumo responsável e a produção local de energia	4,64	84 %
13	Garantir transportes mais eficientes do ponto de vista energético em toda a Europa: diminuindo as mercadorias nas estradas, desencorajando as viagens de avião e introduzindo o «princípio da prioridade aos caminhos de ferro»	4,55	79 %
6	Melhorar a situação a nível de mão de obra qualificada no setor da eficiência energética da UE	4,49	82 %
7	Garantir o futuro através da educação ecológica	4,48	82 %
5	Gerir e acompanhar a aplicação das diretivas da UE	4,19	72 %